



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ

LEI Nº 1358, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

PUBLICADO NO PELOURINHO

DE **28** / **11** / **2017**

ATÉ **31** / **12** / **2017**

Cleide
Cleide Campanher Winkler
Oficial Administrativo

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ A CELEBRAR ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO RURAL HORIZONTES NOVOS – CREHNOR CENTRAL, VISANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL – PNHR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEOCIR WEISS, Prefeito Municipal de Porto Mauá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores de Porto Mauá aprovou e eu, com amparo na Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar Acordo de Cooperação com a **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO RURAL HORIZONTES NOVOS – CREHNOR CENTRAL**, de Sarandi – RS, com o fim de efetivar ações para execução do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Art. 2º - As responsabilidades compartilhadas entre as partes constam no Acordo de Cooperação em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO MAUÁ, RS, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Leocir Weiss
LEOCIR WEISS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

Jean Pablo Saggin da Rosa
Jean Pablo Saggin da Rosa
Secretaria de Administração e Finanças



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ

MINUTA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Uruguai, 155, centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 93.845.519/0001/51, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **LEOCIR WEISS**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Navegantes, 497, no Município de Porto Mauá, inscrito no CPF sob nº 179.955.400-78, neste ato simplesmente denominado a partir de agora de **PROPONENTE** e a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL HORIZONTES NOVOS – CREHNOR CENTRAL**, inscrita no CNPJ nº. 05.879.577/0001-39, situada na Avenida Duque de Caxias, nº. 1597, sala 401, na cidade de Sarandi/RS, neste ato representado pelo Sr. **VALDEMAR ALVES DE OLIVEIRA**, Coordenador Geral, CPF de nº 275.864.130-53, CI de nº 1017170372, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Bortolo de Marco nº 1466, denominada, a partir de agora como **CONCEDENTE**, celebram o presente “**ACORDO DE COOPERAÇÃO**”, subordinado à legislação pertinente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto operacionalizar financiamentos de recursos financeiros do Orçamento do Governo Federal através da Secretaria Nacional de Habitação/MCIDADES, por intermédio do **Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR** ou outro que por ventura venha a substituí-lo, que tem a finalidade a produção de **unidades habitacionais** aos agricultores e trabalhadores rurais, sendo a **CREHNOR**, Órgão de fiscalização e controle do atendimento das cláusulas conveniadas e da recepção das ações que visam o cumprimento do presente Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O Departamento de Assistência Social, como Agente Organizador do Município, deverá em conjunto com a **CONCEDENTE** identificar os beneficiários contemplados com recebimento dos subsídios para a construção das unidades habitacionais constantes nas regras estabelecidas pelo Programa, da qual deverão ser devidamente fiscalizadas pelo Conselho de Habitação do Município de Porto Mauá.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DA CONCEDENTE

Além das condições descritas nas Portarias que regulam o PNHR, cabe ainda a concedente:

- a) Receber e analisar a documentação dos beneficiários;
- b) Analisar a viabilidade cadastral e financeira dos beneficiários indicados nas propostas;
- c) Manter a supervisão, controle e fiscalização, das especificações do projeto e do plano de trabalho, parte integrante deste convenio;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE:

- a) Organizar e estimular os beneficiários a aportar os valores, bens ou serviços economicamente mensuráveis para a composição do investimento;
- b) Viabilizar em conjunto com a concedente abertura de conta poupança, vinculada ao empreendimento, em nome dos beneficiários;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ

- c) Indicar os beneficiários do programa, bem como produzir, reproduzir e fornecer todos os documentos cadastrais solicitados pela concedente, para a abertura à contratação dos recursos;
- d) Atender as diretrizes e objetivos do Programa PNHR ou outro que venha substituí-lo;
- e) ~~Executar indiretamente o objeto do programa, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos;~~
- f) Propiciar, no local das obras os meios de condições necessárias para a realização de inspeção periódica, pela CREHNOR;
- g) Compatibilizar o objeto deste Acordo de Cooperação, com as normas e procedimentos de preservação ambiental;
- h) Incentivar a participação comunitária através do desenvolvimento de programas de geração e renda, educação e capacitação dos beneficiários e do quadro associativo;
- i) Tomar outras providências necessárias à boa execução deste Termo.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O valor do repasse dos beneficiários é de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), a título de complementação de orçamento aportada pelo Programa, podendo ser modificado, de acordo com regras estabelecidas pelo mesmo.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

Os recursos financeiros que dão suporte ao presente Acordo são decorrentes do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, acompanhado de contrapartida dos beneficiários do Município de Porto Mauá.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Os recursos transferidos à **CREHNOR CENTRAL** deverão ser movimentados única e exclusivamente em conta bancária nesta cooperativa, vinculada a este Termo, não podendo ser utilizado em finalidade diversa estabelecida neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS VISTORIAS

As ações, objetos do presente Termo, serão fiscalizadas periodicamente pela concedente/**CREHNOR CENTRAL**, onde se localizarem as obras.

CLÁUSULA NONA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

A liberação de recursos dar-se-á em uma única parcela, e serão depositadas em conta corrente específica na concedente/**CREHNOR CENTRAL**, supervisionadas pelo Município de Porto Mauá e fiscalizadas pelo Conselho de Habitação do Município de Porto Mauá em consonância com as regras estabelecidas pelo Programa e intermediadas pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Toda e qualquer publicidade, ou divulgação quanto aos objetivos do presente instrumento, deverá referir expressa e obrigatoriamente à cooperação das partes signatárias, bem como, é obrigatória a identificação do empreendimento com placa (sob responsabilidade do Proponente), conforme modelo a ser fornecido pela concedente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO MAUÁ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários finais serão pessoas ou grupo familiar de agricultores e trabalhadores rurais com renda bruta familiar anual de até R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) ou valor atualizado pelo Programa, comprovada através da DAP ou OLERIT, e que não possuam mais de 04 módulos fiscais, sendo estes selecionados pelo Proponente, cuja viabilidade cadastral depende de aprovação da concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO ACORDO

O presente Termo vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

As modificações deste Termo, caso necessário, serão objetos de termo aditivo, devidamente autorizado e assinado pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

Qualquer das partes que não cumprir com suas obrigações disciplinadas neste Termo, responsabiliza-se pelas ocorrências que der causa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

O presente Termo será rescindido a qualquer tempo pelo inadimplemento de suas cláusulas ou superveniência de norma legal que o torne inexecutável ou por acordo entre as partes, com cientificação expressa e antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As dúvidas resultantes da interpretação de qualquer cláusula do presente convênio serão dirimidas na Comarca de Sarandi, quando não resolvido administrativamente.

E por estarem justas e convencidas, lavram este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma que firmam com as testemunhas presentes.

Porto Mauá, RS, xxde xxxxxxxxxxxx de 2017.


LEOCIR WEISS

Prefeito Municipal de Porto Mauá

VALDEMAR ALVES DE OLIVEIRA

Coordenador Geral

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____